

1º WORKSHOP – 17/11/2021

A HISTÓRIA DO ALGARVE E A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO – ESTADO DA QUESTÃO

TEXTOS-SÍNTESE DOS PARTICIPANTES

A todos os participantes do 1º workshop foi solicitada a apresentação de uma síntese resultante do mesmo, que fizesse a ligação entre os interesses de investigação de cada um e as perspetivas que se abrem em termos de futura investigação histórica na área do projeto em curso. Transcrevem-se de seguida os textos recebidos, que foram homogeneizados do ponto de vista ortográfico.

- **CATARINA ALMEIDA MARADO**

Contributos a partir do estudo da presença das ordens religiosas no Algarve.

Ao longo das últimas duas décadas, o estudo da presença e do legado arquitetónico e artístico das ordens religiosas no Algarve tem tido avanços significativos, para os quais eu própria tenho contribuído através dos vários estudos que tenho realizado sobre este tema e que abordam diferentes contextos cronológicos e geográficos. Alguma da investigação realizada neste campo comprova as fortes relações existentes entre as comunidades religiosas instaladas no Algarve e os territórios além-mar, principalmente no decorrer do século XVI. As mais evidentes encontram-se talvez nas comunidades que se instalaram no Sotavento Algarvio, dado que estas são as que se encontram mais estudadas.

Refiro, por exemplo: i) as importantes ligações que as casas conventuais de Tavira mantiveram com o Norte de África, dada a importância económica, populacional e estratégica que esta cidade adquiriu nos séculos XV e XVI, nomeadamente o facto do Mosteiro das Bernardas (inicialmente de Clarissas) ter sido instituído em agradecimento pelo levantamento do cerco de Arzila e do Convento da Graça ter resultado da transferência de uma casa de Eremitas de Santo Agostinho que existia em Azamor (tal como refere Frei João de São José na Corografia do Reino do Algarve, 1577); ii) ou ainda, a fundação dos conventos de Santo António, de Franciscanos Capuchos, em Faro e em Loulé, na primeira metade do século XVI, por Nuno Rodrigues Barreto, membro da Casa dos Barretos de Quarteira, que, segundo Nuno Vila-Santa, teve importantes ligações com os territórios da presença portuguesa no Norte de África, na Índia e no Brasil.

Porém, existem ainda vários outros caminhos a explorar, nomeadamente através do aprofundar da investigação sobre os conventos do Barlavento Algarvio de uma forma geral (nos concelhos de Lagoa, Silves, Portimão, Lagos, Monchique e Vila do Vispo), os quais estão ainda pouco estudados.

Destes destaco: i) o Convento do Cabo de São Vicente (concelho de Vila do Bispo), uma casa religiosa pertencente aos Franciscanos Capuchos desde 1516 e que hoje mantêm ainda a sua função como Farol, iniciada no século XVI e garantida pelos frades até à extinção da casa no século XIX. Relativamente a este edifício, para além da importância do local onde se encontra situado, muitos aspetos encontram-se ainda por investigar, nomeadamente no que se refere à

anterior presença de monges moçárabes, à data e 2 contexto da sua primeira fundação enquanto casa religiosa cristã (provavelmente no século XIV), à presença dos monges Jerónimos, à ligação a D. Sebastião que mandou construir umas “casas reais” junto ao convento, onde ficava instalado, e às fortes transformações que o edifício sofreu ao longo dos séculos e que incluíram a construção de uma fortaleza, de um farol e a completa alteração da sua igreja e dependências conventuais. Relativamente a este último aspeto, uma das fontes fundamentais para a sua interpretação é representação detalhada que o engenheiro militar Alexandre Massai fez do edifício no início do século XVII, que ainda não se encontra estudada; ii) os conventos da Trindade em Lagos e de Nossa Senhora do Desterro em Monchique, fundados em resultado das ligações do Algarve com os territórios ultramarinos. O primeiro, cuja licença para fundação foi solicitada no final do século XVI, pertenceu à Ordem da Santíssima Trindade, que tinha a seu cargo a redenção dos cativos e, como tal, uma forte ligação com o além-mar, tendo já tido outras duas casas no Algarve (um hospício em Silves (1239) e um outro em Faro (1415)). O segundo, pertencente à Ordem Terceira de São Francisco foi, em 1631, fundado por Pedro da Silva (filho de Fernão da Silva, alcaide-mor de Silves) que viria a ser ViceRei da Índia. A este edifício está associada uma interessante lenda, segundo a qual a sua fundação se deve a uma promessa feita por dois navegantes que, perante uma situação de perigo em alto mar, comprometeram-se a edificar uma igreja no lugar que primeiro avistassem em terra na sua chegada a Portugal, tendo nela instalado uma imagem de Nossa Senhora, em marfim, que traziam da Índia e que terá ficado na posse dos frades.

- **DANIELA NUNES PEREIRA**

O Algarve (séculos XV-XVI): questões por responder e temas por explorar:

a) As fortificações algarvias

Da fortificação de Lagos existe um desenho que, muito possivelmente, saiu das mãos do Arquiteto mor de D. João III, Miguel de Arruda. Uma hipótese avançada por mim. Em termos cronológicos, pode ser considerada a quarta grande fortificação a ser planeada no reinado de D. João III. Recordo que a primeira foi a de Mazagão, em 1541, a segunda na Ilha de Moçambique, entre 1546 e 1558), a terceira de São Salvador da Baía, em 1548 e, finalmente, a de Lagos, em 1550-1556. Para todas estas fortificações planeadas durante o reinado de D. João III existiu um desenho, no qual estava delineada uma fortificação retangular, com baluartes em todos os vértices. Depois de escolhido o melhor sítio e terrenos para erguer a fortificação, era desenhado um outro esboço. Nesta fase, o resultado final da fortificação afastava-se do plano inicial para se adaptar à topografia. A fortificação de Lagos, demorou mais de meio século a ser construída, tendo sido concluída apenas no reinado de D. Filipe II.

b) Proposta de investigação

Sobre a situação defensiva portuguesa durante a União Ibérica, entre 1580 e 1640, posso adiantar que senti falta de estudos que se debruçassem sobre os efeitos da dinastia filipina no sistema defensivo português.

c) Falta esclarecer

Por exemplo, as seguintes questões: Qual o critério da distribuição dos arquitetos e engenheiros do rei no território português, nomeadamente Filippo Terzi, Leonardo Turriano e Alexandre

Massai)? Que instruções lhes foram enviadas? Que decisões foram tomadas relativamente às fortificações em curso? Que obras foram priorizadas? Que projetos foram empreendidos? [Questões que em 2018 levantei numa recensão que quando fiz ao livro – *El dibujante ingeniero al servicio de la monarquía hispánica* (Alicia Cámara Muñoz, ed., Madrid, Fundación Juanelo Turriano, 2016), na *Revista de História da Arte. Annual journal of the Art History Institute* 1-13, NOVA FCSH, 2018, pp. 289-293]

d) O estudo sobre a formação das zonas ribeirinhas.

Tomando o exemplo de Tavira, que é o que conheço melhor, os contratos de aforamento, que podem ser encarados como uma ação de gestão urbanística, permitiram constatar que entre os séculos XV e XVI, a área ribeirinha apresentava-se como um “estaleiro” de obras. Do lado oriental das tercenas observa-se um grande investimento em infraestruturas públicas necessárias para as atividades comerciais, preparando o espaço para receber o mercado; do lado ocidental definiam-se ruas e travessas, que acabavam por delimitar os lotes para a construção de residências, algumas delas pertencentes a mercadores, alguns deles estrangeiros.

e) Proposta de Investigação

Estes documentos (contratos de aforamento, e outros) prestam-se a outras abordagens. Por exemplo, ao documentar a forma como os poderes locais ou como vários atores se apropriam das zonas ribeirinhas e as separam funcionalmente – uma parte para zona residência e religiosa e outra para as trocas comerciais, como apurei para o caso de Faro e Tavira – lança-se luz sobre a presença de estrangeiros na urbe, bem como sobre o regime de propriedades desses mesmos estrangeiros, ao mesmo tempo que permite avaliar a escala do comércio internacional numa determinada cidade (tema que até agora ainda não foi explorado!).

- **FERNANDO PESSANHA**

Hipóteses de trabalho em aberto

Realizado em 17 de novembro de 2021, procurou o 1º Workshop intitulado *O Algarve e os Descobrimientos* reunir os académicos das várias linhas de investigação que têm vindo a publicar sobre o Algarve e os algarvios na sua relação com a Expansão e os Descobrimientos Portugueses, para a balizagem cronológica compreendida entre os séculos XV e XVI. É neste sentido que, na senda de projetos de investigação que temos vindo a desenvolver e a dar à estampa em publicações de entidades como a Associação Ibérica de Militar ou a Academia de Marinha, constatamos a existência de manifestas lacunas historiográficas que deixam em aberto interessantes hipóteses de trabalho a nível das relações do Algarve e dos algarvios com o mar, principalmente, a nível da identificação de:

- Ataques do corso e da pirataria às costas do Algarve;
- Identificação dos principais comandantes e suas origens/proveniências;
- Identificação da “gente nobre da governança da terra”, nomeadamente, alcaides e comendadores responsáveis pela defesa militar das terras algarvias;
- Identificação dos principais agentes promotores da guerra de corso no golfo luso-hispano-marroquino;

- Compreensão das consequências da guerra de corso e do contrabando nas actividades económicas/comerciais da região.

Num outro plano, mas simultaneamente relacionado com a atividade marítima, seria importante determinar em que medida se dá o envolvimento de algarvios não somente nas navegações do golfo luso-hispano-marroquino, como também o seu estabelecimento nas praças norte-africanas dos Algarves de Além-mar. Neste sentido, seria igualmente pertinente determinar:

- A “gente nobre da governança” do Algarve, nomeadamente, os alcaides e comendadores nomeados para as capitânias das praças portuguesas do Norte de África;
- Identificação das suas redes clientelares;
- Identificação dos principais agentes promotores da guerra de corso a partir das praças marroquinas;
- Identificação do envolvimento e participação de algarvios nas guarnições militares;
- Identificação dos moradores oriundos do Algarve e a natureza da sua participação na vida das praças norte-africanas.

- **GONÇALO MELO E SILVA**

Nas últimas décadas, a investigação realizada sobre o Algarve permitiu aprofundar o conhecimento sobre diferentes temáticas, como a evolução da rede urbana, a cooperação entre as localidades algarvias, o espaço urbano, as infraestruturas portuárias, as confrarias dos homens do mar e o abastecimento cerealífero. Não obstante, continuam a ser necessários mais trabalhos sobre a sociedade e economia do Algarve dos séculos XV e XVI que permitam compreender melhor, por exemplo, o perfil social dos oficiais régios e concelhios e a sua participação (e circulação) na construção do Império; a circulação e trocas comerciais entre o Algarve e o Norte de África; a gestão e/ou resolução de conflitos marítimos nos portos algarvios; o papel do desenvolvimento económico na transformação da paisagem envolvente das vilas e cidades algarvias (ex: construção de moinhos de maré e salinas); a participação do Algarve no comércio mediterrânico, nomeadamente com Valência, Barcelona, as cidades do Norte de Itália e a Sicília.

A investigação sobre estas temáticas, assim como de outras ligadas ao Algarve, requerer a organização de alguns fundos arquivísticos, como o da Repartição das Finanças do Arquivo Distrital de Faro, e uma edição mais sistemática e coesa de fontes dos séculos XV e XVI. Desde logo, as conservadas nos arquivos municipais, das misericórdias e distrital de Faro, sendo disso exemplo paradigmático a documentação ligada à gestão contabilista de Loulé, à instituição e gestão de morgadios e capelas nos conventos algarvios (alguns foram criados por figuras ligadas à Expansão), à gestão de propriedades de instituição religiosas. De igual, tonar-se ainda necessário proceder a um mapeamento sistemático da documentação relativa ao Algarve conservada nos arquivos de cidades e regiões estrangeiras com que manteve importantes laços económicos. Se a documentação conservada nos arquivos do Norte da Europa é já bem conhecida, o mesmo não pode ser dito sobre a informação disponível nos arquivos de Valência, Barcelona, da Coroa de Aragão, Génova, Veneza e da Sicília. Com efeito, a disponibilização dos documentos conservados nestes arquivos podia contribuir para, entre outros aspetos, compreender melhor o comércio algarvio do atum e escravos nos séculos XV e XVI.

Embora a investigação sobre a região tenha progredido nos últimos anos, continuam a escassear obras de divulgação ao público não académico, como guias e roteiros temáticos, que incorporem

os resultados mais recentes. Sugiro, por exemplo, a construção de roteiros sobre a casa medieval algarvia, as instituições religiosas (existe um que foca algumas, mas está desatualizado e tem erros), a produção e comércio da fruta, as atividades artesanais, as rotas de contrabando e o crime nas localidades algarvias.

- **JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA**

Temas sobre a História do Algarve que podem ser desenvolvidos a breve prazo.

A relação do espaço algarvio com a pirataria argelina e a captura e escravização de algarvios nos séculos XVI, XVII e XVIII, pode ser desenvolvida através dos núcleos documentais sobre os Trinitários e analisando sistematicamente as vereações sobreviventes. É um estudo que pode ser articulado com o do sistema de fortalezas que cobria a linha de costa.

Creio, aliás, que o quotidiano da vida municipal, seja através das vereações, seja pelos compromissos das irmandades terá ainda muita informação desconhecida que pode nos proporcionar um retrato muito mais complexo e sistemático das dinâmicas sociais e económicas da região.

Dentre as linhagens algarvias, parece-me que a ação dos Barretos, alcaides-mores de Faro, com inúmeros protagonismos no império, chegando à governação da Índia, também tem um grande potencial. Da mesma forma tanto o condado de Portimão como o de Alcoutim nunca foram alvo de estudos académicos. O condado de Alcoutim tem a particularidade de ter sido a casa do herdeiro do marquesado de Vila Real, o que ofusca a sua especificidade, mas seria interessante ver a ação dos futuros marqueses enquanto condes, como uma fase iniciática das suas vidas. No caso, por exemplo, de D. Pedro de Meneses, 3º marquês e 2º conde, esteve à frente do condado uns 25 anos.

Embora pareça um tema esgotado, seria interessante visitar sistematicamente as fontes quatrocentistas para definir com mais rigor o papel das diferentes localidades do Barlavento algarvio no processo dos Descobrimentos, e seria fundamental escrever uma história de Sagres, baseada nos documentos e não nos mitos.

Numa perspetiva macro, a cidade algarvia que merece uma análise na sua existência milenar é Tavira, cujos novos museus especializados dão sinais da sua antiguidade e cuja monumentalidade recorda o seu papel relevante durante os primeiros séculos da nacionalidade.

- **LUÍS COSTA E SOUSA**

Temas de história do Algarve nos séculos XV-XVI

A cronologia onde me movimento melhor é a segunda metade do século XVI, reinado de D. Sebastião. Mas tenho de tudo (um pouco) dentro dos aspetos sinalizados:

Como foi referido pelo Nuno Vila-Santa, e que subscrevo inteiramente, a capitania-mor do Algarve é, talvez, o tema que julgo ter maior interesse e impacto na historiografia de “aquém e além-mar”).

No seguimento da capitania-mor, seria importante estudar os nomes que lhe estão associados, nomeadamente a figura do Sargento-mor do Algarve, João da Fonseca, veterano da guerra da Flandres e tratadista.

Publicações, neste caso republicações. O quarto livro de Isidoro de Almeida e o manuscrito das «Anotações» associado. Este é um texto que, embora especializado, tem muito interesse para a história militar.

A «Jornada ao Alentejo e Algarve» de 1573 deveria ser objeto de uma grande republicação, associando o texto com os vários itinerários seguidos, património edificado, descrições corográficas, estudo demográfico... Seria um projeto interessante para ter financiamento de uma *joint venture* de todos os municípios envolvidos.

Neste contexto multimunicipal, podia também ser contemplada a republicação do Massai

Edifícios a precisarem de mais investigação, essencialmente de carácter militar, retirados do levantamento de Natércia Guimarães:

- Muralha de Alcantarilha. É particularmente relevante estudar este caso raro de cerca completa em torno de uma povoação, datada dos anos 1570; só conheço caso idêntico em Lagos. Ignoro se existe algum estudo aprofundado sobre este complexo.
- Forte de Santo António (do Rato ou da ilha das Lebres), Tavira. Outro caso de fortificação da época em causa, ainda para mais associado (eventualmente!) a traçado de Filippo Terzi.
- Nossa Senhora da Guia (concelho Vila do Bispo). O mesmo se passa com este exemplar.

São todos casos de estudo importantes para aprofundar a caracterização da fortificação na época sebástica, tanto na circulação dos modelos e respetiva consolidação, no envolvimento de peritos, e articulação com obras similares no outro lado do Mediterrâneo (como é o caso de Tânger).

- **MARCO SOUSA SANTOS**

Ao estudar a comunidade escrava que viveu no Algarve da Época Moderna apercebi-me, sem surpresa, de que aquilo que se sabia a respeito deste tema era francamente pouco, tendo em conta o volume de informação inédita de que dispúnhamos. Estou convencido de que o mesmo se passa em relação a muitas matérias relativas às dinâmicas socioeconómicas, militares, artísticas, etc. do Algarve dos séculos XV e XVI. Para começar, julgo que seria fundamental estudar o papel que os estrangeiros, sejam mercadores, armadores, militares ou simples oficiais mecânicos que no referido período passam e/ou se estabelecem na região desempenham na dinâmica local/regional. Quem eram, o que os trazia ao Algarve, como se relacionavam entre si e com a população local? A este respeito, seria particularmente útil a reedição (e eventual tradução) da obra «SICILIANI NELL'ALGARVE - Privilegi morali e prassi mercantile nell'Atlantico portoghese (secoli XV e XVI)», da autoria de Biagio Di Salvia e de Valdo D'Arienzo, dada à estampa em 1990. A par desses estudos direcionados para as comunidades de estrangeiros, seria igualmente proveitoso desenvolver estudos sobre outros grupos minoritários cuja presença se documenta neste território, como, por exemplo, os ciganos, em relação aos quais temos alguma informação dispersa para essa cronologia, mas (tanto quanto sei) nenhum estudo mais aprofundado. Por outro lado, considero que se afigura igualmente fundamental olhar com mais atenção para a história militar do Algarve: por exemplo, o papel que o porto de Tavira vai

desempenhar como base de apoio logístico à armada que patrulhava a costa e o estreito, uma vez que há fontes quinhentistas que nos confirmam que era no porto desta cidade que invernavam as galés de Portugal. Sem sair do âmbito militar, acho que urgia também levar a cabo estudos biográficos sobre os primeiros indivíduos a ocupar o cargo de governador e capitão-general do Reino do Algarve: Quem eram, qual era a sua ligação à Coroa e à região, o que sabemos da sua ação enquanto governadores? Tampouco faltam figuras da esfera local/regional que mereciam estudos biográficos mais aprofundados: refiro, apenas a título de exemplo, o caso de um tal capitão Francisco da Cunha, de Tavira, que em meados do século XVI, numa carta enviada ao rei, a população pede que seja escusado de ir à Corte, pela muita falta que faz à defesa da cidade algarvia. De um modo geral, seria importante aprofundar os estudos relativos às elites do Algarve dos séculos XV/XVI, trabalho que tem vindo a ser eficazmente desenvolvido pelo Miguel Côrte-Real, mas no qual é preciso investir mais (não obstante o referido autor ter já uma série de trabalhos no prelo). Para isso, é fundamental apostar numa genealogia feita com critério e base científica, analisando criticamente a informação facultada pelos antigos nobiliários que, regra geral, estão repletos de erros crassos, que continuam a ser repetidos à exaustão, mesmo no meio académico. Neste âmbito era fundamental avançar para a transcrição e publicação das genealogias manuscritas por D. Flamínio de Sousa, que, salvo erro, estão na Biblioteca da Ajuda. Seria um trabalho hercúleo, desde logo pelo modo como a obra se acha estruturada, mas decerto o esforço compensaria. Muito mais há a fazer, mas, de um modo geral, penso que estes seriam os caminhos que urge trilhar em primeiro lugar.

- **MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ**

O 1º workshop sobre «O Algarve a Primeira Globalização» contou com a participação de doze investigadores que versaram variados temas relacionados com a história desta região, como património arquitetónico e urbanístico, escravatura, presença muçulmana, potencial militar e percursos biográficos protagonizados por algarvios. A jornada finalizou com uma reflexão sobre temas ou ideias a explorar futuramente.

Nesse sentido foram avançadas várias sugestões, como: i) realização de workshops temáticos, ii) levantamentos em base de dados de fontes escritas, iconográficas e cartográficas, alargando a pesquisa a arquivos estrangeiros iii) aprofundamento das relações do Algarve com outros espaços do império, nomeadamente Norte de África.

Já no que se refere a publicações, além de um guia bibliográfico bem como de uma prosopografia algarvia, projetou-se a elaboração de uma história geral do Algarve.

Por fim, no campo das indústrias criativas e culturais, sublinhou-se a importância de se realizarem exposições e roteiros turísticos de cidades e itinerários.

- **NUNO VILA-SANTA**

Entre os temas sobre a história do Algarve nos séculos XV-XVI com ligação ao Além-Mar que se afiguram como merecedores de maior atenção historiográfica destacaria a continuação de estudos de Casas de nobreza algarvia com intervenção direta em Marrocos, ou mesmo de Casas de onde saíram capitães das principais praças marroquinas que mesmo não sendo formalmente detentoras de senhorios no Algarve, detiveram outro tipo de ligações ao Algarve (militares, económicas, sociais ou matrimoniais). Esta necessidade afigura-se não tanto para o período de

D. Manuel I, alvo de maior atenção historiográfica, mas sobretudo para o período de D. João III, D. Sebastião e D. Filipe I. Ainda hoje escasseiam trabalhos sobre figuras fundamentais na ligação Algarve-Marrocos-Andaluzia como o do capitão Luís de Loureiro (o qual durante o reinado joanino e em diversas circunstâncias, foi capitão de todas as praças marroquinas com exceção de Ceuta). O caso de Loureiro, das suas prováveis ligações ao Algarve e das inúmeras fontes para o seu estudo, é apenas um exemplo paradigmático. Avançando para o reinado de D. Sebastião, continuam a escassear trabalhos sobre as capitánias marroquinas antes de Alcácer-Quibir. Aqui o caso de Rui de Sousa Carvalho é paradigmático por também não ser estudado, apesar das fontes existentes. Também a ligação com a rivalidade comercial e ataques marítimos franceses e ingleses ao largo do Algarve e mesmo em Marrocos necessita de ser mais aprofundada, sempre que possível com recurso a fontes inglesas, francesas e espanholas. Neste ponto, parece-nos que um cruzamento com documentação espanhola sobre as armadas espanholas do Estreito e mesmo de guarda a navios vindos das Índias espanholas, poderia lançar novas pistas interpretativas.

A interligação das dinâmicas gerais da história algarvia com a Andaluzia parece-nos também merecer maior atenção. Apesar de ser bem conhecida esta interdependência nos prismas político, económico, militar e até social, menor atenção tem sido prestada aos efeitos da proximidade geográfica da Casa da Contratação de Sevilha na atração de peritos náuticos algarvios para ali servirem, sobretudo no período posterior ao episódio de Fernão de Magalhães, como destacou Edward Colins. Diversas fontes da Casa da Contratação, hoje conservadas no Archivo General de Indias de Sevilha e algumas delas disponíveis online na plataforma PARES, permitem estudar a presença e contributo de portugueses na Casa da Contratação. Seria importante realizar, aproveitando diversos trabalhos historiográficos já realizado em Portugal e Espanha, procurar sistematizar num só trabalho o papel que, no universo dos portugueses, os algarvios desempenharam neste processo.

A articulação entre o Algarve e as ilhas atlânticas (Madeira, Açores, Canárias, Cabo Verde) e mesmo o Brasil têm sido igualmente explorada. No entanto, bem menos tem sido dito sobre a ligação do Algarve ao Estado da Índia. Nesta área, cumpre estudar as interligações entre ambas as geografias, particularmente de figuras que exerceram funções em ambas as regiões. Denote-se que a maioria dos primeiros governadores-gerais do Algarve detinham ligações anteriores à Ásia Portuguesa, nalguns casos com longas carreiras. Se nuns casos parecem ter sido indigitados pela experiência asiática que se tornava adequada para o cenário algarvio nas década de 1570-80 (D. Diogo de Sousa, D. Francisco da Costa ou Fernão Teles de Meneses), também existem casos em que o exercício do cargo no Algarve serviu de trampolim para o governo da Índia (caso do vice-rei da Índia D. Duarte de Meneses que antes fora governador do Algarve e figura que aliás fora capitão em Tânger, comandante em Alcácer-Quibir e fora casado com a filha do alcaide-mor de Lagos). De igual forma, continua em falta um estudo sistemático, articulado e comparativo dos primeiros governadores-gerais do Algarve. A execução de tal trabalho só se tornará possível, em nossa opinião, com recurso às fontes documentais espanholas (até porque a maioria dos primeiros governadores gerais exerceram o seu mandato durante o período da União Dinástica). Estas fontes encontram-se em Simancas (fundo da Marinha e Guerra em particular, o qual contém diversos códices mal inventariados e recheados de surpresas para diversos temas – relembre-se, a título de exemplo, como importantes trabalhos sobre a realidade açoriana na década de 1580 encontraram relevantes contributos documentais neste fundo), Sevilha (Archivo de Indias) ou Madrid (Biblioteca Nacional). De igual forma, parece-me necessário explorar melhor

as «Actas de Vereação de Loulé» para as décadas centrais do século XVI. Ao contrário do que sucedeu para o século XV em que boa parte já foi publicada, o mesmo não se verifica em cronologia posterior. Sobretudo a partir da década de 1530, as «Actas» documentam reuniões para debater problemas de ataques marítimos e desembarques islâmicos não apenas no concelho de Loulé, mas também no restante Algarve. Desta forma, uma melhor análise desta fonte, quando combinada com as fontes já citadas, poderá aportar novos dados para a história algarvia nas décadas centrais do século XVI, ajudando a suprir as conhecidas lacunas documentais para o período.